e da Educação e Ciência, nos termos conjugados da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Nestes termos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ao abrigo dos Despachos n.ºs 9459/2013, de 5 de junho, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 138, de 19 de julho de 2013, e 9635/2014, de 17 de julho, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 142, de 25 de julho de 2014, manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ensino Superior, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o Instituto Politécnico de Viseu autorizado a proceder à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da «Empreitada de Ampliação e Requalificação do Edifício Pedagógico da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego», até ao montante global de € 1.044.782,05 (um milhão, quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e dois euros e cinco cêntimos), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Os encargos resultantes da execução da empreitada não podem, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias:

a) Ano de 2014 — € 417.912,81 (quatrocentos e dezassete mil, novecentos e doze euros e oitenta e um cêntimos), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

b) Ano de 2015 — € 626.869,24 (seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 3.º

Os encargos emergentes da presente portaria, para o ano de 2014, são suportados por verbas inscritas no orçamento de funcionamento do Instituto Politécnico de Viseu, na fonte de financiamento 413 (na proporção de € 355.225,89, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor) e na fonte de financiamento 520 (na proporção de € 62.686,93, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor).

Artigo 4.º

Os encargos emergentes da presente portaria, para o ano de 2015, são suportados por verbas adequadas a inscrever no orçamento de funcionamento do Instituto Politécnico de Viseu, na fonte de financiamento 413 (na proporção de € 532.838,85, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor) e na fonte de financiamento 510 (na proporção de € 94.030,38, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor).

Artigo 5.º

A importância fixada para o ano de 2015 pode ser acrescida do saldo apurado no ano antecedente.

Artigo 6.º

A presente portaria produz efeitos a 25 de junho de 2014.

28 de outubro de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*.

208196345

Portaria n.º 902-D/2014

Considerando que o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) apresentou, em 2014, uma candidatura à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), no âmbito de uma intervenção no quadro dos «Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional» do Eixo V — Infraestruturas e Equipamentos de Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano do POVT, para concessão de uma comparticipação financeira do FEDER, POVT, tendo em vista a execução da empreitada de ampliação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, unidade orgânica do IPC, que foi aprovada pela autoridade competente, cumprindo os objetivos estratégicos definidos para o PROT-C, no âmbito do desenvolvimento regional;

Considerando que a candidatura tem como objetivo a execução da empreitada de ampliação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, de molde a adequar as instalações da Escola à sua procura efetiva e ao seu crescimento, criando espaços adequados a cada área científica e à prática do ensino no contexto de aula e no contexto de estágio, revelando-se uma obra indispensável para o funcionamento da Escola e da instituição em que a mesma se encontra inserida, o Instituto Politécnico de Coimbra;

Considerando que a execução do projeto identificado como «POVT-15-0439-FEDER-000123» prevê, para a execução da «Empreitada de Ampliação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra», nos anos de 2014 a 2015, um encargo total de € 1.023.514,63 (um milhão, vinte e três mil, quinhentos e catorze euros e sessenta e três cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, o que, atento o montante em causa e a plurianualidade da despesa, torna necessária a publicação, no *Diário da República*, de portaria conjunta de extensão de encargos dos Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência, nos termos conjugados da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

Nestes termos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ao abrigo dos Despachos n.ºs 9459/2013, de 5 de junho, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 138, de 19 de julho de 2013, e 9635/2014, de 17 de julho, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 142, de 25 de julho de 2014, manda o Governo, pelos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ensino Superior, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o Instituto Politécnico de Coimbra autorizado a proceder à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da execução da empreitada de «Ampliação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra», até ao montante global de 1.023.514,63 (um milhão, vinte e três mil, quinhentos e catorze euros e sessenta e três cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 2.º

Os encargos resultantes da execução não podem, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias:

a) Ano de 2014 — € 511.671,54 (quinhentos e onze mil, seiscentos e setenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos), montante ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

b) Ano de 2015 — € 511.843,09 (quinhentos e onze mil, oitocentos e quarenta e três euros e nove cêntimos), montante ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

Artigo 3.º

Os encargos emergentes da presente portaria, para o ano de 2014, são suportados por verbas inscritas no orçamento de funcionamento do Instituto Politécnico de Coimbra, na rubrica 070103B0C0, na fonte de financiamento 413 (na proporção de € 434.920,80, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor) e na fonte de financiamento 520 (na proporção de € 76.750,74, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor).

Artigo 4.º

Os encargos emergentes da presente portaria, para o ano de 2015, são suportados por verbas adequadas a inscrever no orçamento de funcionamento do Instituto Politécnico de Coimbra, na fonte de financiamento 413 (na proporção de € 435.066,63, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor) e na fonte de financiamento 520 (na proporção de € 76.776,46, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor).

Artigo 5.º

A importância fixada para o ano de 2015 pode ser acrescida do saldo apurado no ano antecedente.

Artigo 6.º

A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

28 de outubro de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*.

208196329

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13163-B/2014

Portugal é um caso de sucesso em vários domínios da universo digital, com uma experiência generalizada de utilização regular e intensiva de várias plataformas que disponibilizam serviços de grande facilidade e proximidade ao cidadão.